

Uma proposta vaga

Tarcísio Holanda

Os dirigentes e líderes do PDS na Câmara e no Senado, assim como os presidentes das duas Casas, fizeram um pacto, uma espécie de aliança para evitar divisões e desentendimentos que só os enfraqueceram, em passado recente, nas suas relações com o Palácio do Planalto e figuras do primeiro escalão do governo.

Mas, nenhum desses próceres, nem mesmo o franco senador Nilo Coelho, se anima a fazer qualquer nova declaração de apoio à união nacional ou uma aliança com setores oposicionistas, gatos escalados de outras escaramuças, os políticos governistas sabem que o regime e o governo recebem sempre com reservas e desconfianças qualquer declaração sobre a ampliação de sua base política e popular.

A mensagem do presidente da República, lida na sessão de instalação do Congresso, faz referência expressa à necessidade de uma trégua no combate ao Governo, portanto, em algo que equivale a uma completa suspensão das hostilidades, para que o País goze de maior tranquilidade e a máquina do Estado possa ampliar sua base de apoio para vencer as graves dificuldades que aí estão.

Acontece que a suspensão das hostilidades, a trégua, sempre ocorreu em função de entendimentos mantidos entre duas partes beligerantes. Até agora, nenhum porta-voz autorizado do Governo procurou líderes oposicionistas para um entendimento em torno de dados concretos. A manifestação presidencial não deixa de ser importante, mas para que esse objetivo seja alcançado é preciso que o governo se disponha a negociar através de alguém autorizado pessoalmente pelo presidente da República.

O senador José Sarney ou os líderes Aloísio Chaves e Nelson Marchezan não se animam a tomar iniciativa tão importante sem uma autorização específica do chefe do Governo. Todos ainda se lembram dos constrangimentos que sofreu o ministro Ibraim Abi-Ackel, surpreendido pelo pacote de novembro de 81, a vinculação total de votos, quando estava envolvido numa rodada de negociações com os dirigentes dos principais partidos da área oposicionista dentro do Congresso.

A expressão trégua política, empregada pelo presidente da República em sua mensagem ao Congresso, poderá se reduzir a uma mera figura de retórica, como a mão estendida que o presidente utilizou em diversos discursos pelo País, como que numa manifestação conciliadora em relação aos oposicionistas.

Como o Planalto não saiu da expressão de retórica, pois ninguém foi autorizado a procurar as oposições, estas não tinham por que mudar o seu comportamento. Agora, produz-se algo semelhante e até os políticos do PDS perguntam-se o que o presidente João Figueiredo

tinha em mira quando resolveu apelar para uma trégua política no País, em momento de grave dificuldade.

Todos os que no PDS falaram na necessidade de uma conciliação nacional foram surpreendidos com a reserva do governo. Os senadores Luis Viana Filho e Tarso Dutra foram dos mais expressivos políticos do PDS que preconizaram publicamente um governo de conciliação nacional para superar a crise.

Luis Viana chegou a dizer que um País com inflação galopante, uma dívida externa impagável e crescentes déficits orçamentários não se poderia dar ao luxo da intensa briga política em que continua envolvido. Tanto o senador baiano quanto o gaúcho Tarso Dutra admitiram a participação de oposicionistas no governo.

O Palácio do Planalto manteve-se silencioso e reservado, quando não torce o nariz para essas propostas. Certa vez o presidente Figueiredo indagou do senador Tarso Dutra se ele estava achando o Governo fraco. Tarso perdeu tempo explicando o que entendia por uma ampliação da base de apoio político do governo, através de um entendimento com as oposições.

Os tempos são outros, dirão alguns pedessistas mais otimistas com uma mudança de comportamento do governo que autorizou a expectativa de um entendimento. O senador Tancredo Neves, eleito governador de Minas, está aí mesmo, expondo-se à crítica mais candente do grupo oposicionista mais ortodoxo, quando propõe a conciliação como forma de vencer a crise econômica convergindo para a crise política e institucional.

Não prosperou nem a possibilidade de um acordo parcial com o PTB, capaz de assegurar a maioria absoluta do PDS na Câmara, fazendo com que, afinal, o líder da bancada governista, Nelson Marchezan, consiga conciliar o sono. Ivete e seus companheiros parecem mais satisfeitos em manter uma atitude de independência, que os coloca em constante disponibilidade para entendimentos, diante de cada matéria específica em tramitação.

O governo continua confiante na ação moderadora dos governadores oposicionistas Tancredo Neves e Brizola à frente, para obter atitudes mais compreensivas dos oposicionistas em relação a alguns de seus atos. Certas proposições, como o decreto que alterou a política salarial, serão combatidas em bloco pelas oposições, mesmo pelo PTB de Ivete Vargas.

Uma parte da oposição ficará mais à esquerda, reivindicando a explosiva Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o episódio SNI-CAPEMI-Baumgarten. Recém-saído das urnas, os novos deputados, mesmo os do PDS, tendem a se tornar mais afirmativos em relação ao governo.